

Economia

► Agronegócios

Acordo com a LBR deve atrair investidores

Executivo da CRP, que representa fundo detentor de capitais da empresa, espera fechar 2013 com finanças em dia

Patrícia Comunello

patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

Um acordo da Lácteos Brasil (LBR) com credores não validará apenas o processo de recuperação judicial, mas poderá reativar o interesse de investidores dispostos a injetar dinheiro na empresa. A aposta é do sócio-diretor-superintendente da CRP Companhia de Participações, Clovis Meurer, que representa um fundo detentor de 2,3% do capital acionário da LBR. Meurer, que acompanha a modelagem do plano a ser entregue até 10 de maio à Justiça de São Paulo, acredita que as medidas envolvendo revisão da capacidade de produção, distribuição e linhas de produtos devem permitir que a geração de caixa positivo ainda este ano. A intenção é concluir os procedimentos para repactuar o passivo até agosto. Em 2012, a companhia tentou obter R\$ 500 milhões com investidores, mas fracassou.

O executivo acredita que é possível alcançar em 2013 o chamado Ebitda, lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, combinando ajustes na operação e maior fôlego no caixa com o adiamento na quitação de compromissos com dívidas. A receita bruta deve re-



Meurer acompanha plano a ser entregue até maio à Justiça paulista

petir os mais de R\$ 2 bilhões do ano passado. “O plano de recuperação dá esta condição. Tudo vai depender de como será concluído, o que inclui a concordância de credores”, vincula o sócio-diretor superintendente da CRP, lembrando que a operação do negócio e nova condição financeira têm de andar juntas. Reação dos preços e demanda por produtos em 2013 devem colaborar, citou o gestor. Os bancos são os maiores credores. O passivo é estimado em mais de R\$ 1 bilhão. Os números de 2012 ainda não foram fechados, mas devem confirmar novo prejuízo. Meurer não co-

menta as cifras. O desempenho negativo tem sido atribuído a fatores de mercado, cadeia produtiva, estiagem em 2012 e efeito de tributação do setor.

A possibilidade de atrair novos sócios, principalmente candidatos estrangeiros, que chegaram a examinar ativos e a situação geral do grupo no ano passado, é sustentada pela perspectiva de um acordo com aval da Justiça. “Empresa em recuperação judicial e acordo com credores é mais facilmente entendida por um possível investidor. Quem olha a empresa não tem mais dúvida. Está escrito perante um

juiz”, reforça Meurer. O pedido para usar o mecanismo de adiamento de quitação de dívidas, previsto na nova Lei de Falências para Sociedades Anônimas, foi anunciado em 15 de fevereiro. Segundo o executivo da CRP, a medida foi recurso após “um mês e meio de muito exame” e depois de esgotar, em dezembro, conversações com grupos interessados em aplicar no negócio. “Cinco grupos analisaram a LBR em 2012, durante todo o ano”, informou o executivo.

Enquanto buscavam dinheiro novo, os acionistas alteravam o comando. O executivo Rami Goldfajn, ex-conselheiro da BRF, assumiu a presidência, e Nelson Bastos, ex-presidente da Gradiente e especializado em reestruturações de empresas, também reforçou o time no comando da recuperação judicial. O fundo CRP VII, que está no laticínio e tem recursos dos fundos de pensão da Funcef, Petros e Valia e do Bndes, da Finep, da Fapes e da CRP, deve esperar mais dois anos para fazer o desinvestimento dos R\$ 50 milhões aplicados em 2010. A projeção de sair este ano foi adiada para obter melhor retorno, esclareceu Meurer. A composição acionária tem ainda Monticiano (com maior participação),

Bndespar e o empresário Wilson Zanatta (fundador da Bom Gosto). A LBR foi criada em 2011, na fusão do laticínio gaúcho Bom Gosto e Leitbom.

A empresa não comenta se ocorrerão novas demissões entre os mais de 4 mil empregados (eram 5 mil em 2012). Até agora foram quase 500 em unidades do Estado e de Santa Catarina. Não houve acordo com sindicatos de trabalhadores para que a LBR parcelasse o pagamento de verbas rescisórias. O presidente da Fetag-RS, Elton Weber, disse que não há registros de atrasos no pagamento dos cerca de 3 mil produtores gaúchos ligados à companhia. Mesmo assim, Weber admite preocupação com eventual impacto do fechamento de unidades de processamento. “O cenário para os produtores é de estabilidade. A garantia da empresa é de que não haverá mudanças para o setor”, explicou o dirigente, a partir de conversas com a indústria. “Até porque, se parar a produção, a empresa quebra mesmo”, associou Weber. O presidente da Fetag-RS evitou projetar expectativa sobre a recuperação judicial, prevenindo que há histórias de grupos que conseguiram reverter crises e outros que não.

Philip Morris inaugura nova fábrica em Santa Cruz do Sul

Clarisse de Freitas

clarisse@jornaldocomercio.com.br

A mais moderna cigarreira da América Latina. É assim que o secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia de Santa Cruz do Sul, César Antônio Cechinato, descreve a unidade produtiva que será inaugurada hoje pela Philip Morris no distrito industrial da cidade. Segundo ele, o investimento ascende a R\$ 113,4 milhões e as obras duraram cerca de dois anos e meio. “Esse investimento é fundamental para a nossa região e para o Estado. A Philip Morris já é a maior empresa de Santa Cruz do Sul - responde por 54% do retorno de ICMS do município - e a nova fábrica de cigarros consolida a presença da companhia aqui e o status da cidade como polo cigareiro”, avaliou o secretário.

A expectativa dos gestores municipais, apontou Cechinato, é de que os 1,2 mil postos de tra-

balho gerados pela indústria nas instalações antigas (que eram dentro do perímetro urbano e serão substituídas pelas novas, no Distrito Industrial, às margens da BR-471) sejam mantidos. Outros 25 postos, para especialistas em automação industrial, também devem ser criados. “A empresa normalmente oferece uma remuneração e um pacote de benefícios diferenciados aos trabalhadores. A vinda desses profissionais, extremamente qualificados, deve elevar ainda mais a renda média do município”, detalhou.

A analista de mercado da Fundamenta Investimentos Laís Martins Fracasso acredita que as novas instalações - com um ganho de produtividade ainda não divulgado pela companhia - devem ajudar no processo de expansão do market share da Philip Morris. Segundo ela, a empresa (que opera com capital fechado no Brasil) ampliou sua participação no mercado brasileiro desde a implantação da po-

lítica de preço mínimo e do aumento de impostos feito em maio passado.

“Antes dessa mudança, a Souza Cruz (que é a principal empresa do setor a negociar ações na BM&FBovespa) estimava uma participação de 60% do mercado brasileiro de cigarros, enquanto a fatia da Philip Morris ficava entre 15% e 20%, e os produtos contrabandeados tinham pouco mais de 20%. Desde a implantação do preço mínimo, a empresa divulga apenas seu market share no mercado legalizado, que desconsidera a entrada de produtos de contrabando. Nessa metodologia, a Souza Cruz responde por 75% do mercado doméstico”, afirmou ela.

Nesse processo de implantação do preço mínimo e da elevação em 40% do IPI sobre os cigarros (atualmente a carga tributária sobre o tabaco chega a 60% do preço final), a analista aponta um detalhe que denota o ganho de mercado pela Philip

Produção de tabaco no RS SAFRA 2011 | 2012

MUNICÍPIOS PRODUTORES	272
PEQUENOS PRODUTORES	86 MIL
PESSOAS NO MEIO RURAL	326 MIL
HECTARES PLANTADOS	175 MIL
PRODUÇÃO EM TONELADAS	376 MIL
RECEITA AOS PRODUTORES	R\$ 2,2 BILHÕES
DIVISAS	R\$ 2,24 BILHÕES

FONTE: AFUBRA PRICEWATERHOUSECOOPERS E MDIC/SECEX

AURACEBIO PEREIRA/ARTE/JC

Morris: logo após a alta na tarifa do IPI, a Souza Cruz estabeleceu o preço da marca Free em R\$ 5,00, mas como os produtos da fabricante concorrente subiram menos, acabou reduzindo o valor de venda do maço para R\$ 4,75. Em janeiro, com o novo reajuste no preço mínimo (que passou de R\$ 3,00 para R\$ 3,50), a Souza Cruz reajustou sua tabela e, atu-

almente, o preço do mesmo produto é de R\$ 5,50.

Além do crescimento no mercado interno, o presidente do Sindicato das Indústrias do Fumo (Sindifumo), Iro Schünke, aponta que uma produção maior também deve ter reflexo na balança comercial, já que 85% da produção do setor é para exportação.